



132

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 199151-7/02- Recife (32ª Vara Cível)

Recorrente: SINDURB/PE - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco

Recorrido: CELPO - Fundação Celpe de Seguridade Social e outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

P-5469

**EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE.** . O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da quinta câmara cível deste Tribunal, unanimemente, em **REJEITAR** os embargos declaratórios, tudo em conformidade com a ementa e o voto em anexo, os quais passam a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



133

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 199151-7/02- Recife (32ª Vara Cível)

Recorrente: SINDURB/PE - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco

Recorrido: CELPO - Fundação Celpe de Seguridade Social e outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## RELATÓRIO

---

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão resultante do julgamento do Recurso de Agravo nº 199151-7/01, no qual figura como agravante **SINDURB/PE - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco** e como agravado **CELPO - Fundação Celpe de Seguridade Social e outro**.

Alegou o embargante que o acórdão foi omissivo na medida em que não levou em consideração o fato da relação jurídica ser de natureza indenizatória e a prescrição vintenária.

Requeru o suprimimento da omissão no sentido de pronunciamento da matéria não apreciada para o fim de prequestionamento e eventual interposição de recursos para os tribunais superiores

Pugnou pelo conhecimento e provimentos dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



134

Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 199151-7/02- Recife (32ª Vara Cível)

Recorrente: SINDURB/PE - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco

Recorrido: CELPO - Fundação Celpe de Seguridade Social e outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## VOTO

Ao decidir a matéria posta a julgamento, assim me pronunciei quando do julgamento da apelação (fls. 258/259 da Apelação Cível 199151-7):

"A jurisprudência pátria já pacificou o entendimento a respeito do prazo prescricional para contestar judicialmente os valores recebidos como restituição de "reserva de poupança" em plano de previdência privada (cinco anos): "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO. RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. 1. Prescreve em cinco anos o direito de pleitear diferenças relativas ao recebimento a menor de contribuições vertidas a instituição de previdência privada. Súmula 291/STJ. 2. Refoge à competência deste STJ, a quem a Carta Política (art. 105, III) confia a tarefa de unificação do direito federal, apreciar violação de dispositivo constitucional. 3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1041207/RN, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 01/07/2009) "AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO. RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. 1. Prescreve em cinco anos o direito de pleitear diferenças relativas ao recebimento a menor de contribuições vertidas a instituição de previdência privada. Súmula 291/STJ. 2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1045717/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 16/03/2009) Em casos semelhantes, assim tenho me posicionado nesta relatoria: "PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALORES PAGOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DESLIGAMENTO DA EMPRESA. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO. APELO. IMPROVIMENTO. DECISAO UNÂNIME. Incide a prescrição quinquenal para se cobrar diferenças de montante devolvido ao beneficiário de previdência privada, em razão do seu desligamento do plano. O termo inicial para contagem do prazo é a data do recebimento dos valores depositados, o que, in casu se deu em novembro de 1996. A ação foi ajuizada no primeiro grau em maio de 2004. Logo, a prescrição atingiu o direito pleiteado, tendo em vista que o autor/apelante teve até o ano de 2001 para ver seu direito reconhecido" (Apelação Cível 141680-6, 5ª Câmara Cível, Relator Des. Jovaldo Nunes Gomes, j. em 21/11/2007)".



No julgamento, pelo colegiado, do Recurso de Agravo tomei como fundamento do meu voto as mesmas razões acima expostas, resultando daí o acórdão embargado, cuja ementa está assim redigida (fls. 28 do Recurso de Agravo nº 199151-7/01):

"EMENTA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALORES RESTITUÍDOS DA RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO AUTURAL. APELAÇÃO. IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS INDICATIVOS DE MUDANÇA DE POSICIONAMENTO. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. A cobrança de expurgos inflacionários, em virtude do recebimento a menor da restituição da reserva de poupança pleiteada pelos participantes, prescreve em cinco anos, a contar da data em que foi recebido o valor inferior ao devido."

A decisão recorrida, conforme se extrai da simples leitura da decisão e ementa acima transcritas, enfrentou o objeto do recurso – prazo prescricional para contestar judicialmente os valores recebidos como restituição de "reserva de poupança" em plano de previdência privada, de forma que não há qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.

Não vislumbro, portanto, a ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC. O que o requerente pretende, na verdade, é prequestionar a matéria, utilizando-se dos embargos como recurso para o fim de modificar a decisão embargada, rediscutindo matéria já devidamente decidida no apelo e no agravo.

É certo que a jurisprudência tem, excepcionalmente, admitido o cabimento de aclaratórios com efeito modificativo. No entanto, para que tal ocorra é necessária a presença dos requisitos da lei, tais como aqueles previstos no artigo 535 do CPC.

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):

"Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos."



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

136

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e rejeitar os embargos opostos.

É como voto.

  
**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Relator**